

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2025

Aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, compareceram, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Região dos Campos de Cima da Serra - CONDESUS, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.712.762/0001-71, com sede administrativa localizada na Rua Madre Vitória Joana Favre, nº 930, Bairro Parque dos Rodeios CEP nº. 95201-227, nesta cidade de Vacaria/RS, representada pelo Presidente CONDESUS, o Sr. Onilton João Capelini, inscrito no CPF sob o nº. 342.619.310-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e a empresa abaixo qualificada, doravante denominada DETENTORA DE ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº. 20/2025, Processo Licitatório 28/2025, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a *aquisição de tubos e galerias de concreto*, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa	Itens
TILU - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	1,2,3,4,7,9,10,11,12,15,16,17,19,20,21, 25,26,27,29,30,32,33,35,36,37,40,41,42, 43,46,48,49,50,51,55,56,60,61,63,64,65, 66,69,70,71,73,74,75,79,80,81,83,84,85, 89,90,91,93,94,97,98,99,100,102,103,112, 113,114,118,119

A empresa DETENTORA DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, e

pelas condições do Edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

Empresa	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF
TILU - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	02.771.195/0001-07		

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: *a aquisição de tubos e galerias de concreto*, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente, Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço unitário para o fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: TILU - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço Unitário	Valor Total
1	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE BOM JESUS	UNIDADE	TILU	300	40,00	12.000,00

2	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE BOM JESUS	UNIDADE	TILU	500	53,00	26.500,00
3	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE BOM JESUS	UNIDADE	TILU	1000	59,40	59.400,00
4	TUBO DE CONCRETO DN 600 MM PS2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE BOM JESUS	UNIDADE	TILU	100	73,30	7.330,00
7	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE BOM JESUS	UNIDADE	TILU	50	390,00	19.500,00
9	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	51,10	5.110,00
10	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	66,00	6.600,00
11	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	90,00	9.000,00
12	TUBO DE CONCRETO DN 600 MM PS2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	88,00	8.800,00
15	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	421,44	42.144,00

16	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	100	660,00	66.000,00
17	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMBARÁ DO SUL	UNIDADE	TILU	50	950,00	47.500,00
19	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	800	46,00	36.800,00
20	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	1200	55,00	66.000,00
21	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	1200	58,79	70.548,00
25	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	200	357,00	71.400,00
26	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	100	600,00	60.000,00
27	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAMPESTRE DA SERRA	UNIDADE	TILU	100	850,00	85.000,00

29	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE CAPÃO BONITO DO SUL	UNIDADE	TILU	200	45,00	9.000,00
30	TUBO DE CONCRETO DN 400 PA2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAPÃO BONITO DO SUL	UNIDADE	TILU	400	99,00	39.600,00
32	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAPÃO BONITO DO SUL	UNIDADE	TILU	200	360,00	72.000,00
33	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE CAPÃO BONITO DO SUL	UNIDADE	TILU	200	890,00	178.000,00
35	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE ESMERALDA	UNIDADE	TILU	200	50,05	10.010,00
36	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE ESMERALDA	UNIDADE	TILU	500	70,00	35.000,00
37	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE ESMERALDA	UNIDADE	TILU	800	59,00	47.200,00
40	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE ESMERALDA	UNIDADE	TILU	50	950,00	47.500,00
41	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE	UNIDADE	TILU	200	39,00	7.800,00

	SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE IPÊ					
42	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE IPÊ	UNIDADE	TILU	300	49,00	14.700,00
43	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE IPÊ	UNIDADE	TILU	500	59,00	29.500,00
46	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE IPÊ	UNIDADE	TILU	150	350,00	52.500,00
48	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE JAQUIRANA	UNIDADE	TILU	100	44,00	4.400,00
49	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE JAQUIRANA	UNIDADE	TILU	400	57,00	22.800,00
50	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE JAQUIRANA	UNIDADE	TILU	200	75,00	15.000,00
51	TUBO DE CONCRETO DN 600 MM PS2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE JAQUIRANA	UNIDADE	TILU	200	75,00	15.000,00
55	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE LAGOA VERMELHA	UNIDADE	TILU	1000	42,00	42.000,00
56	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE LAGOA VERMELHA	UNIDADE	TILU	500	54,00	27.000,00

60	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE LAGOA VERMELHA	UNIDADE	TILU	650	370,00	240.500,00
61	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE LAGOA VERMELHA	UNIDADE	TILU	500	950,00	475.000,00
63	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	1000	39,00	39.000,00
64	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	600	50,00	30.000,00
65	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	500	59,00	29.500,00
66	TUBO DE CONCRETO DN 600 MM PS2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	500	68,00	34.000,00
69	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	150	357,00	53.550,00
70	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE	UNIDADE	TILU	100	650,00	65.000,00

	NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS					
71	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	UNIDADE	TILU	100	950,00	95.000,00
73	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	200	39,00	7.800,00
74	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	200	50,00	10.000,00
75	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	100	58,50	5.850,00
79	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	100	340,00	34.000,00
80	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	100	660,00	66.000,00
81	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE MUITOS CAPÕES	UNIDADE	TILU	100	915,00	91.500,00
83	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA	UNIDADE	TILU	100	39,00	3.900,00
84	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-	UNIDADE	TILU	100	52,00	5.200,00

	8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA					
85	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA	UNIDADE	TILU	600	69,00	41.400,00
89	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA	UNIDADE	TILU	200	365,00	73.000,00
90	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA	UNIDADE	TILU	50	700,00	35.000,00
91	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE PINHAL DA SERRA	UNIDADE	TILU	50	970,00	48.500,00
93	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	UNIDADE	TILU	600	52,00	31.200,00
94	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	UNIDADE	TILU	350	60,00	21.000,00
97	TUBO DE CONCRETO DN 600 PA2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	UNIDADE	TILU	500	178,00	89.000,00
98	TUBO DE CONCRETO DN 1000 PA2 PB OU MF, JR. DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBS-TITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE	UNIDADE	TILU	20	400,00	8.000,00

	NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES					
99	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	UNIDADE	TILU	50	700,00	35.000,00
100	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	UNIDADE	TILU	50	970,00	48.500,00
102	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE TAQUARA	UNIDADE	TILU	2000	52,00	104.000,00
103	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE TAQUARA	UNIDADE	TILU	8000	75,25	602.000,00
112	TUBO DE CONCRETO DN 200 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE VACARIA	UNIDADE	TILU	4000	31,00	124.000,00
113	TUBO DE CONCRETO DN 300 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE VACARIA	UNIDADE	TILU	3500	42,00	147.000,00
114	TUBO DE CONCRETO DN 400 PS2, PB, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA. ENTREGUE NA SEDE DE VACARIA	UNIDADE	TILU	2000	51,00	102.000,00
118	TUBO DE CONCRETO DN 1200 PA2, PB OU MF, JR, DE ACORDO COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE VACARIA	UNIDADE	TILU	500	630,00	315.000,00
119	TUBO DE CONCRETO DN 1500 PA2 PB OU MF, JR, DE ACORDO	UNIDADE	TILU	500	875,00	437.500,00

	COM A NBR-8890/2018 OU OUTRA A QUE SE SUBSTITUA, COM MALHA DE FERRO. ENTREGUE NA SEDE DE VACARIA					
--	--	--	--	--	--	--

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao reestabelecimento da relação inicialmente pactuada.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente compactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento de pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

a) Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

b) Na hipótese prevista na alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024.

c) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

2.4. Quando o preço registrado se tornar inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

a) Para fins do disposto no caput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

b) Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

c) Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos da alínea anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no § 3º do art. 14 da Resolução AG n.º 09/2024.

d) Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no

art. 24 da Resolução AG n.º 09/2024, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

e) Na hipótese de comprovação do disposto no caput e na alínea “a”, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. A Ata de Registro de Preço será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

4.2. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará Autorização de Fornecimento que será remetida novamente ao órgão ou entidade participante que celebrará contrato ou emitirá nota de empenho de despesa ou outro instrumento equivalente, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos documentos de solicitação de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas cabíveis.

4.5. Os municípios consorciados participantes da Ata de registro de preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. Deverão, ainda, informar o órgão

gerenciador acerca de eventuais infrações para possibilitar a instauração de Procedimento Administrativo para apurar as condutas, conforme previsto no Regimento Interno do Procedimento Administrativo Sancionador – PAS, aprovado pela Resolução AG nº 10/2025..

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. Administrar e produzir os atos de controle da Ata de registro de preços decorrente da presente licitação por meio do Núcleo de Compras e Licitação do CONDESUS, órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. Acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. Sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicar os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos

5.1.3. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços forem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.5. Emitir a autorização de compra;

5.1.6. Apurar, processar e julgar as infrações decorrentes de processo licitatório e da execução de contratos decorrentes da presente ata, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório.

5.2. Compete aos municípios consorciados:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos bens dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Por meio de responsável formalmente designado, proceder à fiscalização da contratação, mediante o cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.2.4. Notificar o órgão gerenciador acerca de condutas infracionais para possibilitar a instauração do Procedimento Administrativo Sancionador, na forma prevista na Resolução AG nº 10/2025.

5.2.5. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

5.2.6. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.2.7. Dar preferência de contratação ao detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata.

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua

titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo município consorciado usuário da ata de registro de preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), por força do tratado no Art. 125 da Lei 14.133/2021 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo município consorciado usuário, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, em caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou igualdade de condições, caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado total ou parcialmente pelo órgão gerenciador nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 21 e no § 4º do art. 22 da Resolução AG n.º 09/2024.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A ata de registro de preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos municípios consorciados ao CONDESUS.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O ente consorciado formalizará por intermédio de instrumento contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, juntamente com a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da ata de registro de preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada ordem de fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do município consorciado requisitante, não podendo ultrapassar 10 (dez) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.4.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.4.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação.

7.6. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações

7.7. Todas as despesas relativas aos impostos, taxas, contribuições, encargos, despesas com frete e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado contra empenho em até 30 dias após a entrega total dos produtos contidos na ordem de fornecimento ou empenho, por intermédio da Tesouraria do município consorciado e mediante apresentação da nota fiscal/fatura, correndo a despesa na dotação orçamentária de cada município consorciado.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor torne as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota fiscal, o município consorciado, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção na fonte dos tributos sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. Para a presente ata não serão permitidos acréscimos e supressões.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente ata de registro de preços correrão a cargo dos Municípios Consorciados Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente observadas as condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. O descumprimento da ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador processar e aplicar, nos termos do Regimento Interno do PAS do CONDESUS, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação sob sua responsabilidade, garantindo-se o contraditório e ampla defesa, com os devidos registros nos sistemas competentes (art. 5º, inc. X, da Resolução AG n.º 09/2024), como também processar e julgar as penalidades decorrentes de infrações contatuais da presente Ata, cabendo ao município consorciado diretamente lesado a execução das penalidades impostas.

11.3. O município consorciado deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 23 da Resolução AG n.º 09/2024, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato ou íntegra do instrumento na imprensa oficial do CONDESUS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vacaria para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Vacaria, 22 de agosto de 2025.

Onilton João Capelini
Presidente – CONDESUS

TILU - ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 02.771.195/0001-07